

**DELIBERAÇÃO CPPG/CEPE-UEMS Nº 156, de 9 de dezembro de 2015.**

*Aprova a reformulação do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.*

**A CÂMARA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2015,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Aprovar a reformulação do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme anexo que integra esta Deliberação.

*Parágrafo único.* O Regulamento mencionado no *caput* deste artigo será operacionalizado a partir do ano letivo de 2016.

**Art. 2º** Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Dourados, 9 de dezembro de 2015.

**LUCIANA FERREIRA DA SILVA**

Presidente - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação CEPE-UEMS

Homologo em 14/12/2015.

**FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA**  
Reitor - UEMS

Anexo da Deliberação CPPG/CEPE-UEMS N° 156, de 9 de dezembro de 2015.

## **REGULAMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS AOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (PIBAP/UEMS)**

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE, DOS OBJETIVOS E DA COORDENAÇÃO.**

**Art. 1º** O Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PIBAP/UEMS) tem como finalidade propiciar auxílio financeiro aos alunos regularmente matriculados nos programas *stricto sensu*, para o desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 2º** A concessão de bolsas aos alunos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* tem por objetivos:

- I - apoiar a formação de mestres e doutores;
- II - contribuir para a redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- III - minimizar a evasão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- IV - contribuir para o desenvolvimento da base científica e tecnológica no Estado, apoiando os esforços de formação e qualificação de profissionais para a ciência, tecnologia e inovação.

**Art. 3º** O Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação será coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP), por meio da Divisão de Pós-Graduação (DPG).

### **CAPÍTULO II DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 4º** O suporte financeiro para sustentação do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação da UEMS será proveniente de recursos internos, e seus valores inseridos no orçamento da PROPP e aprovados, anualmente, pelo Conselho Universitário.

### **CAPÍTULO III DA BOLSA**

**Art. 5º** O valor da bolsa concedida aos alunos contemplados pelo Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do auxílio oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Art. 6º** A bolsa será concedida pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses ao aluno de mestrado e de 36 (trinta e seis) meses ao aluno de doutorado, sem direito à prorrogação. (Fl. 2/4 do Anexo da Deliberação CPPG/CEPE-UEMS N° 156, de 9/12/2015)

**Art. 7º** A oferta de bolsa de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade acadêmico e/ou profissional, não poderá acumular no Programa cotas superiores a 10 (dez) para mestrado e doutorado.

I - as bolsas disponibilizadas poderão ser utilizadas a critério da Comissão de bolsas de cada Programa, para o nível de mestrado e/ou doutorado;

II - as bolsas podem ser remanejadas entre as modalidades acadêmicas e profissionais e/ou entre Programas, desde que tenha anuência das partes envolvidas.

## CAPÍTULO IV DA SELEÇÃO DOS ALUNOS

**Art. 8º** Cada Programa de pós-graduação *stricto sensu* constituirá uma comissão para a seleção dos alunos bolsistas, composta pelo Coordenador do Programa, por representante(s) do corpo docente e discente, com as seguintes atribuições:

I - observar as normas do Programa e zelar pelo seu cumprimento;

II - estabelecer critérios para a seleção e manutenção das bolsas, observando o disposto no art. 9º deste Regulamento;

III - encaminhar à PROPP a lista dos alunos contemplados com a bolsa, juntamente com os demais documentos necessários à sua implementação;

IV - informar e enviar à PROPP documentos necessários para desligamento de bolsista(s), substituição e inclusão de novo(s) bolsista(s), quando houver.

V - manter um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas, para, a qualquer momento, fornecer um diagnóstico do desenvolvimento das atividades do bolsista, a quem possa solicitar.

**Art. 9º** Para participar do processo de seleção, os alunos deverão atender, no mínimo, aos seguintes critérios:

I - estar regularmente matriculado em programa de pós-graduação *stricto sensu* da UEMS;

II - não receber bolsa de outra entidade;

III - não ter grau de parentesco, até o 3º grau, com o orientador.

## CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES

**Art. 10.** São obrigações do aluno bolsista contemplado pelo PIBAP:

I - submeter à apreciação do colegiado do programa de pós-graduação o aceite de apoio financeiro de qualquer outra fonte de financiamento, pública ou privada, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa a que concerne a bolsa concedida;

II - dedicar-se às atividades do programa, independente possuir ou não atividades remuneradas, desde que estas sejam de até 20 (vinte) horas semanais e estejam relacionadas ao projeto de pesquisa em desenvolvimento do Programa;

III - não efetuar modificações no projeto de pesquisa sem aprovação do orientador;

(Fl. 3/4 do Anexo da Deliberação CPPG/CEPE-UEMS N° 156, de 9/12/2015)

IV - solicitar, ao orientador, autorização para afastar-se da instituição em que desenvolve seu projeto de pesquisa;

V - fazer referência ao apoio da UEMS nas teses, artigos, livros, resumos de trabalhos apresentados em reuniões e qualquer outra publicação ou forma de divulgação;

VI - entregar ao orientador, relatórios semestrais e relatório final das atividades desenvolvidas, para posterior aprovação pelo colegiado do programa;

VII - entregar o cronograma de atividades a serem desenvolvidas durante a vigência da bolsa;

VIII - assinar o termo de compromisso, disponível na secretaria do programa, declarando estar ciente das condições deste Regulamento;

IX - realizar estágio docência de acordo com as especificidades de cada programa.

**Art. 11.** São obrigações do orientador:

I - apreciar os pedidos de afastamento solicitados pelo aluno bolsista;

II - apreciar os relatórios semestrais entregues pelo aluno bolsista e encaminhá-los ao colegiado do programa;

III - acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas no cronograma elaborado pelo aluno bolsista.

## **CAPÍTULO VI DA SUBSTITUIÇÃO E CANCELAMENTO**

**Art. 12.** A substituição dos alunos contemplados com a bolsa poderá ser efetuada, a qualquer momento, nos seguintes casos:

I - impossibilidade de desenvolver o trabalho de pesquisa, comprovado por atestado médico;

II - solicitação do orientador, mediante justificativa fundamentada, com ciência do bolsista;

III - solicitação de desligamento por parte do aluno, mediante justificativa fundamentada, com anuência do orientador.

IV - solicitação de trancamento de matrícula, mediante justificativa fundamentada, com anuência do orientador;

V - por solicitação da Comissão de Bolsas devida/e aprovado pelo colegiado do programa.

§ 1º A substituição do aluno bolsista será realizada pela Comissão, por solicitação do colegiado do programa, obedecendo à ordem de classificação no processo de seleção de bolsas.

§ 2º Nos casos em que houver substituição do aluno, a vigência da bolsa será computada a partir da data da primeira concessão.

**Art. 13.** O aluno bolsista poderá ter sua bolsa cancelada a qualquer momento, pelo colegiado do programa, constituindo-se motivos para cancelamento:

I - atraso superior a 1 (um) mês na entrega dos relatórios;  
(Fl. 4/4 do Anexo da Deliberação CPPG/CEPE-UEMS Nº 156, de 9/12/2015)

II - comprometimento no desenvolvimento do projeto;

III - desistência, por parte do aluno, do curso de pós-graduação ou do projeto;

IV - não cumprimento do art. 11 deste Regulamento;

V - não aprovação do relatório final pelo colegiado do programa;

VI - afastamento do programa, sem justificativa aprovada pelo orientador;

VII - não atendimento às normas previstas neste Regulamento;

VIII - reprovação em alguma disciplina do programa;

IX - obtenção de média inferior a B no conjunto de disciplinas cursadas no semestre;

X - quando for comprovado o recebimento de bolsa de outra entidade.

*Parágrafo único.* O aluno que tiver sua bolsa cancelada não terá direito a novas participações no PIBAP.

**Art. 14.** As substituições e cancelamentos das bolsas deverão ser informados pela coordenação do programa de pós-graduação à DPG, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento pela coordenação.

## **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 15.** A concessão das bolsas está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da UEMS.

**Art. 16.** No caso de desligamento por culpa do aluno, este deverá restituir à UEMS o valor correspondente aos pagamentos já efetuados, em valores atualizados.

**Art. 17.** Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por meio da Divisão de Pós-Graduação, ouvido o colegiado do programa de pós-graduação.

Dourados, 9 de dezembro de 2015.

**LUCIANA FERREIRA DA SILVA**

Presidente - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação CEPE-UEMS

Homologo em 14/12/2015.

**FÁBIO EDIR DOS SANTOS COSTA**  
Reitor - UEMS